

A Biblioteca Pública Cora Coralina como espaço para o empoderamento da mulher negra em atendimento aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

The Public Library Cora Coralina as a space for the empowerment of the black women in compliance with the Sustainable Development Goals

Maria Cristina Palhares

Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente do Centro Universitário Assunção (UNIFAI).
E-mail: crikapv@yahoo.com.br

Luana Helena dos Santos

Bacharel em Biblioteconomia pelo Centro Universitário Assunção (UNIFAI). Assistente de Prevenção à Fraude na HS Prevent.
E-mail: luana-helenasantos@hotmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise acerca do papel da biblioteca pública Cora Coralina, com temática Feminista, como espaço de construção para identificação e empoderamento da mulher negra, em atendimento às ODS 5, 10 e 16, da Agenda 2030. A metodologia aplicada foi por meio de pesquisa bibliográfica e documental, visando a identificação de outras fontes de informação nos campos da Sociologia, Psicologia, História, Biblioteconomia, entre outras, e uma pesquisa de campo sob a abordagem qualitativa. A observação e aplicação de questionário foram os instrumentos empregados com o propósito da coleta de dados. Participaram da pesquisa, que durou 1 mês e 18 dias, 20 mulheres de 16 a 46 anos, que frequentam a biblioteca pública, localizada na zona leste de São Paulo. Foram observadas situações que envolveram a interação do leitor com o espaço da biblioteca e atividades disponíveis no local. Os resultados apontam que a biblioteca em questão é um espaço de significância para as mulheres negras que a utilizam, onde a disponibilização de ferramentas para o empoderamento acontece por intermédio do acervo temático em feminismo, acervo geral e atividades cedidas ao público feminino.

Palavras-chave: Biblioteconomia social. Biblioteca Pública Cora Coralina. Empoderamento feminino.

ABSTRACT

This article presents an analysis of the role of the public library Cora Coralina, with a Feminist theme, as a building space for the identification and empowerment of black women, in compliance with SDG 5, 10 and 16 of the 2030 Schedule. The methodology applied was through bibliographic and documentary research, aiming at the identification of other sources of information in the fields of Sociology, Psychology, History, Library Science, among others, and a field research under the qualitative approach. Observation and questionnaire application were the instruments used for the purpose of data collection. Participated in the research, which lasted 1 month and 18 days, 20 women from 16 to 46 years old, who attend the public library, located on the east side of São Paulo. Situations were observed that involved the interaction of the reader with the library space and activities available on site. The results show that the library in question is a space of significance for black women who use it, where the provision of tools for empowerment takes place through the thematic collection on feminism, the general collection and activities provided to the female public.

Keywords: Public Library Cora Coralina. Social library. Empowerment.

1 INTRODUÇÃO

Feminismo é um movimento idealizado por mulheres, iniciado durante o século XIX, que lutavam pelos seus direitos e decidiram se organizar para reivindicar o que lhes era negado há séculos. Santos (2018) sinaliza que essas concentrações de reivindicações e conquistas são chamadas de ondas, momentos históricos em que há uma verdadeira manifestação de movimentos organizados que norteiam avanços na libertação das mulheres.

Houve conquistas relevantes para o movimento, entretanto, a mulher negra segue na luta contra o racismo, por igualdade salarial, a não objetificação, violência e direito ao trabalho. De acordo com a pesquisa *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça*, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), as mulheres pretas ou pardas continuam na base da desigualdade de renda no Brasil. Em 2018, elas receberam, em média, menos da metade dos salários dos homens brancos (44,4%), que ocupam o topo da escala de remuneração no país.

Este artigo apresenta uma contribuição para a análise acerca do papel da biblioteca como espaço de construção para identificação e empoderamento da mulher negra, reforçando no contexto da Agenda 2030, que se compromete em difundir e colaborar com o desenvolvimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e apresentar significâncias para o público feminino que utiliza a biblioteca pública Cora Coralina, localizada no extremo da Zona Leste de São Paulo.

O texto discorre sobre o conceito de feminismo; o histórico do feminismo negro e a interseccionalidade; feminismo negro no Brasil e o significado de empoderamento; a biblioteca e seu papel social; agenda 2030, quem a fez e quais suas metas; o papel da biblioteca como espaço igualitário e sua contribuição para o progresso da agenda. Os três objetivos sustentáveis são contextualizados junto à Cora Coralina, que se compromete em difundi-los. Por último, são apresentados os aspectos da pesquisa, como: público alvo e localidade da pesquisa, processo de aplicação dos instrumentos e análise de dados.

2 PRIMEIROS PASSOS: O QUE É O FEMINISMO?

Para Ferreira, J. (2019), o “feminismo é um movimento político e social que defende igualdade de direitos entre mulheres e homens, e abrange múltiplas vertentes,

como o feminismo liberal, radical, anarquista, marxista, pós-modernos, entre outros”, e cada uma destas vertentes define “o posicionamento político e linha de pensamento do movimento.”

A autora ainda cita que os feminismos epistêmicos¹ possuem localizações e características de coletivos políticos, conciliação de mulheres que vem de uma origem, de um local específico, com experiências próprias e como elas interpretam sua realidade, tendo como exemplos: o feminismo indígena, transfeminismo, ecofeminismo, e o feminismo negro.

O direito ao voto, o acesso à educação, reivindicação do direito de divórcio, o direito à integridade física e ao controle da capacidade reprodutiva são conquistas do feminismo histórico, em uma época em que mulheres eram tratadas como inferiores e oprimidas pelo sistema patriarcal², que lhes eram negados o direito à educação e ao trabalho fora do lar (MIGUEL; BIROLI 2014).

Nesta perspectiva, Costa (2018) afirma que os coletivos de mulheres, por meio de protestos, registraram denúncias, produziram manuscritos referentes ao assunto, associaram-se a certos setores como estratégia de visibilização da violência que sofriam. Desta forma, o movimento deu um novo significado ao controle político formado só por homens e a forma de entender a política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico.

No livro *O feminismo é para todos*, Hooks (2019) explica que mulheres foram socializadas e instruídas pelo pensamento patriarcal, com intenção de se enxergarem como pessoas inferiores aos homens e destilarem ódio e inveja umas às outras; assim como do ódio de si mesma e com a outra. Todavia, tais questões foram minimizadas por meio das pautas feministas e suas conquistas durante o século XX.

Contudo, o feminismo em si não é capaz de englobar todas as coletividades e pautas de mulheres de todas as origens. As mulheres brancas, por exemplo, lutavam pelo direito de trabalhar fora de casa e igualdade salarial com os homens, enquanto mulheres negras lutavam contra o racismo e igualdade racial. Saffioti (1987, p. 88), em *O poder do Macho*, esclarece que: “assim grupos dividem-se ou desfazem-se porque uma parcela das

¹ Localizações específicas de sujeitos políticos. Combinação entre mulheres que vem de uma origem, de um local, possuem experiências próprias e como interpretam sua realidade.

² Sistema social no qual é atribuída aos homens a maior parte ou todo o poder, privilégio e valor, e as mulheres são em grande maioria ou completamente excluídas deste poder.

mulheres prioriza a luta de classes, outra, o combate ao patriarcado, outra, a batalha contra os preconceitos raciais.”

Desse modo, cada vertente do movimento feminista prioriza suas pautas, logo, uma mulher negra cisgênero³ é oprimida pelo racismo e machismo, enquanto uma mulher branca e lésbica é oprimida pelo machismo e lesbofobia. Em vista disto, é que surgiram movimentos como o Feminismo negro que usa a metodologia da interseccionalidade com finalidade de discutir as pautas sobre gênero, raça e classe social.

2.1 HISTÓRICO DO FEMINISMO NEGRO E INTERSECCIONALIDADE

O feminismo, na sua primeira onda, durante o século XIX e metade do século XX, era representado na linha de frente por mulheres brancas e com privilégios financeiros. Cujas pautas se diferenciavam das mulheres negras, devido à incompatibilidade de ideias e propósitos em comum. Em 1851, foi realizado o discurso “não sou uma mulher?”, considerado o mais emblemático na primeira onda do feminismo, façanha realizada por Sojourner Truth, uma abolicionista afro-americana e ativista dos direitos da mulher, na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio, nos Estados Unidos.

O livro *Mulheres, Raça e Classe*, de Angela Davis, em 1981, promulgou a metodologia da interseccionalidade, por meio de debates sobre gênero, classe e raça. A obra debate, por exemplo, exploração de classe, o legado da escravidão para a mulher negra e o racismo no movimento sufragista, e nesse cenário o feminismo negro cresce e se fortalece. Embora já existisse, o termo foi cunhado pela professora norte-americana Kimberlé Crenshaw em 1989. A definição, segundo o seu livro é:

A visão de que as mulheres experimentam a opressão em configurações variadas e em diferentes graus de intensidade. Padrões culturais de opressão não só estão interligados, mas também estão unidos e influenciados pelos sistemas interseccionais da sociedade. Exemplos disso incluem: raça, gênero, classe, capacidades físicas/mentais e etnia. (CRENSHAW, 1989).

Em 1976, a funcionária Emma DeGraffenreid e outras mulheres processaram a empresa General Motors por discriminação, alegando que a empresa segregava a força de trabalho por raça e gênero. Os homens negros trabalhavam nas linhas de montagens e as

³ Pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao que lhe foi atribuído ao nascer.

mulheres brancas nos serviços de secretariado. Arotirene (2019) destaca que, para a corte, foi difícil compreender a interseccionalidade e criminalizar o racismo e sexismo contra as mulheres negras.

A ideia de interseccionalidade e a solidariedade política que a sustentavam tinham o objetivo de tornar a liberdade significativa para pessoas cujas experiências de vida estavam circunscritas pelo racismo, o sexismo, exploração de classe, o nacionalismo, a religião e homofobia. (COLLINS, 2007, p. 07).

Isto é, a interseccionalidade é uma metodologia que permite esse tipo de recorte dentro do movimento, com o propósito de que outras pautas fossem relacionadas e tratadas como prioridades de outros grupos sociais. A imagem da mulher branca como universal é repensada, já que a mesma não representa as pluralidades existentes.

2.2 FEMINISMO NEGRO NO BRASIL

Sueli Carneiro (2003), no artigo *Enegrecendo o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*, descreve a situação da mulher negra, que o racismo determina as hierarquias de gênero na sociedade, assim sendo necessário que os movimentos feministas pensem em maneiras de combater esse tipo de opressão, do contrário, estão sendo coniventes com essa hierarquia (AKOTIRENE, C.; RIBEIRO, D., 2019).

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos taxadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar. Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral, e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos da afirmação de superioridade do vencedor. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que são rainhas de nada, que

são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? (CARNEIRO, 2003, p. 50-1).

Pinto (2010) esclarece que foi no período do regime militar, na década de 1970, sob forte opressão no país, que aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil. Os protestos feministas eram vistos como suspeitos, as feministas eram entendidas pelos militares como política e moralmente perigosas.

A autora acima diz que com a redemocratização nos anos de 1980, o feminismo no país entrou em uma fase de grande exaltação na luta pelos direitos das mulheres: surgiram inúmeros grupos e coletivos em diversas localidades tratando os assuntos que refletiam as pautas do movimento: violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito a terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo e orientações sexuais.

As críticas defendidas pelas feministas negras norte-americanas passaram a ser incorporadas pelas ativistas negras brasileiras, principalmente no decorrer das décadas de 1980 e 1990, período caracterizado pelo nascimento do movimento de mulheres negras no país (DAMASCENO, 2009).

“Em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres”, aponta Carneiro (2003, p. 118). A autora abaixo sinaliza que, entre as décadas de 1980 e 1990, surgiram outras pautas do movimento feminista brasileiro, como:

[..] pluralidade étnica, cultural e de classe. Esse processo resultou na fragmentação do movimento em vários grupos de mulheres particulares. Em relação às mulheres negras, como abordado neste capítulo, a principal crítica centrava-se na falta de percepção, por parte do movimento feminista, da temática racial e sua importância para a identidade das mulheres negras atuantes no interior do feminismo. Esse fato foi crucial para que as ativistas negras brasileiras se mobilizassem e fundassem um movimento próprio, denominado por elas mesmas de “feminismo negro”. (DAMASCENO, 2009, p. 53).

Assim como explica Ribeiro, M. (1995), um marco que elucida tal iniciativa foi a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN), que ocorreu em 1988 no

Rio de Janeiro. Este evento foi concebido por encontros e seminários em vários estados, o que proporcionou, em vista disso, não apenas a mobilização das mulheres negras, mas acima de tudo o aprofundamento do debate político.

Damasceno (2009) salienta que o perfil das feministas negras foi formado por mulheres, em maioria na faixa dos 50 anos, predominantemente com nível superior na área das Ciências humanas e com Pós-Graduação em nível de mestrado e doutorado. As principais militantes atuantes, entre 1975 e 1996, eram: Lélia Gonzáles, Fátima Oliveira, Edna Roland, Sueli Carneiro, Luiza Bairros, Jurema Werneck, Matilde Ribeiro, Wânia Sant'Anna e Fernanda Lopes. Estas mulheres realizaram ações que consolidaram o feminismo negro e conseguiram dar visibilidade, tanto em nível nacional quanto internacional, às temáticas e pautas que amparam as mulheres negras no Brasil.

2.3 EMPODERAMENTO

Na perspectiva de Berth (2019), empoderamento está conectado ao trabalho social e à recuperação das capacidades de pessoas que foram vítimas de algum tipo de sistema de opressão, e direciona a libertação social de um grupo, a partir da perspectiva de diversos processos em inúmeras frentes de atuação e autonomia de opinião.

O empoderamento feminino tem relação com o movimento que reflete e divulga a ampliação dos direitos civis e políticos da mulher, englobando teoria, prática, ética e torna as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. Propõe que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo. (TEIXEIRA, 2015, p. 02-03).

Berth (2019), ainda, argumenta que não é possível empoderar alguém, pode-se empoderar a nós mesmos e ajudar o outro nesse processo, a conclusão será por simbiose do processo individual com o coletivo. Portanto, empoderamento se assemelha a estímulos, é possível estimular uma pessoa com frases encorajadoras e apoio mútuo, porém, só a própria será capaz de se empoderar.

O livro *Empoderamento negro: trabalho social em comunidades oprimidas* (1976), de autoria de Barbara Bryant Solomon, intelectual negra e assistente social, descreve o modo pela qual as comunidades negras são retratadas de modo negativo e como isso impacta na autoimagem desses indivíduos. Solomon inaugurou a Teoria do empoderamento para pesquisa e gestão social de populações invisibilizadas pelo olhar da

sociedade. Em toda a obra, a autora lista os processos a fim de alcançar o empoderamento, como a questão econômica, o exercício de direitos políticos e o fortalecimento da autoestima e da estética negra (BERTH, 2019).

Os vieses apontados, anteriormente, direcionam a discussão para o âmbito das bibliotecas, em especial contextualização, a capacidade das bibliotecas públicas em desenvolver ações e ampliar acervos com a temática feminista, feminista afro-brasileira e a cultura que cerca essas temáticas, no sentido de inclusão e fortalecimento desses grupos.

2.4 O SEU PAPEL SOCIAL DA BIBLIOTECA

No âmbito das bibliotecas, Lindemann, Spudeit e Corrêa (2016) defendem a Biblioteconomia Social como um elo com finalidade de conexão entre a parte técnica da Biblioteconomia e o social atual. É essencial olhar ao redor da comunidade e perceber quais as necessidades informacionais, quais são as parcelas consideráveis de cidadãos que não possuem o acesso à informação, como: comunidades quilombolas, assentamentos de movimentos de sem-terra, presídios, entre outros. A missão social se faz além das paredes das unidades, concedendo informação à população integralmente, sem isenção às comunidades periféricas, prisionais, rurais, entre outras. Sem distinção de faixa etária, gênero, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

A Biblioteconomia Social não é um jeito novo de fazer Biblioteconomia e sim uma maneira de se aplicar a técnica bibliotecária em função do social, seja ele digital ou não. Uma Biblioteconomia consciente do seu papel político, social e ativo, que disponibiliza a todos o maior tesouro social da humanidade: a informação. (LINDEMANN, SPUDEIT, CORRÊA, 2016, p. 720).

Para as autoras Cardoso e Pinto (2018, p. 74), o perfil do bibliotecário deve incluir espaço para mudança, transgressão, invenção que possam contribuir para a compreensão da realidade social, tanto nos aspectos econômicos, como políticos, sociais e raciais. Ferreira; Cortes (2017, p. 28) destacam que estes profissionais, enquanto mediadores da informação, “podem fomentar práticas informacionais nas bibliotecas e demais ambientes organizacionais”, utilizando, por exemplo, “ferramentas tecnológicas para disseminar acervo referente à igualdade de gênero, divulgar produções literárias, teóricas e artísticas desenvolvidas por mulheres, criar ações culturais”. Assim como desenvolver debates, a partir de conteúdos informacionais, “baseados em ideologias binárias e

estáveis que consolidam relações de poder entre mulheres e homens”, é essencial, ainda, que tanto cidadãos/ãos quanto profissionais comprometam-se com ações que impactem na mitigação das relações de desigualdades, discriminação e exclusão, visando um equilíbrio equitativo entre todas e todos.

2.5 AGENDA 2030

Em setembro de 2015, líderes mundiais reuniram-se na sede da ONU, em Nova York, e decidiram um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem igualdade: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que contém o conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O lema da Plataforma Agenda 2030 é: “sem deixar ninguém para trás”. Isto quer dizer que todas as ODS foram pensadas em todos os cidadãos e cidadãs, sem distinção de raça, classe, sexo ou orientação sexual.

2.5.1 Agenda 2030: a contribuição da Biblioteca para as ODS

Conforme a Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (2019), as bibliotecas e o acesso à informação contribuem no sentido do alcance de todos os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), por meio das seguintes ações:

- Promover a alfabetização universal, incluindo a alfabetização e as habilidades digitais, midiáticas e informacionais com o apoio de equipe especializada;
- Superar as dificuldades no acesso à informação e ajudar o governo, a sociedade civil e o setor privado a compreenderem melhor as necessidades locais em matéria de informação;
- Promover um serviço em rede contendo os sites e programas governamentais;

As unidades de informação são instituições úteis, com intenção de alcançar os objetivos e oferecer serviços conforme as necessidades do público que as frequentam. Enquanto os ODS são objetivos universais, cada país será responsável pelo desenvolvimento e implementação de estratégias nacionais com o propósito de alcançá-los.

ODS 5 – Igualdade de gênero

De acordo com dados, mulheres estudam mais e continuam ganhando menos no Brasil. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014, realizada pelo IBGE, diz que: “Apesar de dedicar mais tempo aos estudos, as mulheres continuam ganhando menos que os homens. A pesquisa indica que elas são a maioria entre os que ganham entre um e dois salários mínimos.” (MENDONÇA; ROSSI, 2015).

Nesse sentido, a igualdade de gênero é reconhecida no objetivo 05 das ODS: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas: “Meta 5.5 - Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.”

As bibliotecas apoiam a igualdade de gêneros ao oferecer espaços de encontro seguros e programas para mulheres e meninas sobre direitos e saúde. Além disso, as Tecnologias da informação (TICs) e os programas de alfabetização ajudam as mulheres a construir habilidades empreendedoras.

ODS 10 – Redução das desigualdades

As mulheres pretas ou pardas continuam na base da desigualdade de renda no Brasil. No ano de 2018, elas receberam, em média, menos da metade dos salários dos homens brancos (44,4%), que ocupam o topo da escala de remuneração no país. Atrás deles, estão as mulheres brancas, que possuem rendimentos superiores não apenas aos das mulheres pretas ou pardas, como também aos dos homens pretos ou pardos. Os dados fazem parte da pesquisa *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça*, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019). A redução das desigualdades é reconhecida no objetivo 10 das ODS: reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles: “Meta 10.2 - Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.”

As bibliotecas contribuem para reduzir a desigualdade disponibilizando espaços com acervos abertos a todos, em áreas urbanas e rurais, em todo o mundo. Na perspectiva de Costa, K. (2016, p. 33), a biblioteca pública deve estar ligada à sua verdadeira vertente de atuação: livre, aberta, democrática e socializadora. E, dessa forma, investir na propagação do conhecimento e acrescentar esforços para que se transforme e seja

transformada para e pelo leitor e, conseqüentemente, possa ser um espaço vivo de cultura, informação, educação e lazer.

ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes

O acesso público à informação permite que as pessoas tomem decisões responsáveis e que possam ajudá-las, politicamente ou financeiramente. Guedes (2014) salienta que as políticas facilitam o acesso e transparência da informação pública, representam mecanismos no combate à corrupção e acaba sendo uma forma da população fazer parte da esfera ministerial. Acesso à informação foi reconhecido no Objetivo 16 dos ODS: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, facilitar o acesso à justiça para todos e criar instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis: “Meta 16.10 – Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.”

O marco regulatório estabelecido com a promulgação da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, nomeada como Lei de Acesso à Informação (LAI), que assegura ao cidadão o direito de acesso à informação produzida no âmbito de órgãos e entidades das esferas públicas, afirma o paradigma democrático pautado pela transparência pública, pelo poder da sociedade perante a máquina governamental e pelo benefício da informação como um bem de todos (GUEDES, 2014).

3 ASPECTOS DA PESQUISA

Esta pesquisa foi desenvolvida em 3 etapas: observação, aplicação do questionário e análise bibliográfica, consideradas adequadas para o conhecimento e entendimento do problema pesquisado.

Na perspectiva de Gil (2002), na coleta de dados nos levantamentos são utilizadas as técnicas de interrogação: o questionário, a entrevista e o formulário, optando pelo questionário misto, com quatro perguntas de múltipla escolha (fechada) e uma aberta. Marconi; Lakatos (2010, p. 89) defendem que a “combinação de respostas múltiplas com as respostas abertas possibilita mais informações sobre o assunto, sem prejudicar a tabulação.”

Após a fase de coleta, realizou-se a análise documental e bibliográfica, onde as informações obtidas puderam ser analisadas. Segundo Gil (2002, p. 141), a “análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse.”

A pesquisa foi realizada na Biblioteca Pública Cora Coralina, com temática sobre o feminismo, localizada à Rua Otelo Augusto Ribeiro, nº 113, Guaianazes, São Paulo. No dia 4 de julho de 2015, a Secretaria Municipal de Cultura, em parceria com a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, inaugurou a primeira sala temática feminista de São Paulo, sob a curadoria da artista Biba Rigo, contando com a participação das mulheres que, a partir de suas próprias histórias, olhares e experiências, participaram de oficinas de artes visuais e garantiram ao local um visual com destaque para o empoderamento das mulheres na apropriação de seu espaço (SÃO PAULO, PREFEITURA DE 201?).

O questionário foi aplicado visando as respostas das mulheres negras, que frequentam a biblioteca pública Cora Coralina. As respostas foram concedidas por 20 (mulheres). O objetivo da utilização do questionário foi a obtenção de dados para uma análise mais objetiva e clara da opinião das mulheres, relacionada à biblioteca como sendo ou não um espaço para empoderamento.

A visita à unidade de informação aconteceu aos sábados, porém foram encontradas dificuldades nesse recorte de raça, visto que a presença de mulheres negras, aos finais de semana, é pouca. Isto suscitou algumas dúvidas relativas à demanda de mulheres negras que utilizam a biblioteca: se elas sabem da existência do local? Ou, se estão trabalhando e não podem utilizar o espaço? Ou mesmo, se as mulheres que frequentam a biblioteca não se autodenominam negras?

A faixa etária escolhida foi entre os 16 e 46 anos ou mais, partindo do princípio de que é um período em que as mulheres têm dimensão do que é empoderamento e o papel da biblioteca.

O questionário com seis perguntas foi respondido por 20 mulheres, e os resultados obtidos, comprovaram que maior parte das mulheres negras, que utilizam a biblioteca, tem idade entre 16 e 35 anos. Isso faz repensar qual o foco das atividades desenvolvidas na biblioteca, se o objetivo do público alvo é atingido, se não, e quais atividades seriam interessantes para atrair esse grupo para a unidade.

Em relação à escolaridade, foi constatado que 10 - (50%) das entrevistadas possuem o ensino superior incompleto; 4 - (20%) possuem o ensino médio completo; 3 -

(15%) possuem o ensino fundamental completo; 2 (10%) possuem o ensino médio incompleto e 1 - (5%) possui o ensino superior completo.

A respeito da comparação de frequência da biblioteca, foi analisado que 6 - (30%) das entrevistadas frequentam a biblioteca algumas vezes por semana; 6 - (30%) frequentam a biblioteca uma vez por mês; 5 - (25%) frequentam a biblioteca uma vez a cada quinze dias; 2 - (10%) frequentam a biblioteca duas vezes por semana e 1 - (5%) frequenta a biblioteca de modo diferenciado.

Relativo às atividades que mais gostam, verificou-se que 8 - (17%) das entrevistadas gostam mais de saraus; 8 - (17%) das oficinas; 8 - (17%) do espaço temático feminista; 6 - (13%) do espaço físico; 5 - (11%) da mediação de leitura; 3 - (7%) de palestras; 3 - (6%) do teatro; 3 - (6%) lançamento de livro e 3 - (6%) do atendimento dos funcionários.

De acordo com os dados coletados, verificou-se que 7 - (27%) das entrevistadas não apresentaram nenhuma queixa referente a não gostar de alguma atividade; 4 - (15%) gostam menos do espaço físico; 3 - (12%) atendimento dos funcionários; 3 - (11%) de sarau; 3 - (11%) de palestras; 2 - (8%) de oficinas; 2 - (8%) outros motivos; 1 - (4%) do teatro; 1 - (4%) lançamento de livro e 3 - (6%) o atendimento dos funcionários.

A última questão foi formulada para saber qual a opinião das entrevistadas, como a biblioteca pode contribuir para o fortalecimento/empoderamento da mulher negra. A leitora, número dois, responde: “Contratar pessoas negras”. A questão da representatividade ainda pesa muito numa sociedade em que prevalece a imagem do homem/mulher branco. Em um espaço, como a biblioteca, é necessário ser um local onde todos os leitores se sintam representados pelas pessoas que trabalham na unidade, uma vez que, pode haver o questionamento: será que a biblioteconomia é uma área elitizada onde só pessoas brancas têm espaço, já que nunca vi uma bibliotecária negra em bibliotecas públicas?

Em resposta à questão acima e aos dados apresentados pela pesquisa, pode-se destacar, como exemplo, duas obras organizadas por Franciéle Carneiro Garcês da Silva, bibliotecária e pesquisadora no campo da Ciência da Informação: “Mulheres negras na Biblioteconomia” e “Bibliotecárias negras: pesquisas e experiências de aplicação da Lei 10.639/2003 na formação bibliotecária e nas bibliotecas”, em que o prefácio e capítulos são de maioria de pesquisadoras negras, que abordam temas que identificam as raízes dos preconceitos étnico-racial, de gênero e social, na formação da sociedade brasileira e

aponta caminhos para uma educação anti racial, que poderá, em um futuro não tão distante, mitigar injustiças cometidas contra pessoas negras, que elas possam ocupar todos os espaços que almejam e que são seus por direito. Embora os coletivos de mulheres negras, ainda, tenham que reivindicar arduamente por direitos sociais, espaços de formação e atuação profissional, entre outros, é possível vislumbrar que espaços públicos, como as bibliotecas citadas neste estudo, tenham profissionais negras (assim como mulheres indígenas) na execução de atividades técnicas, de pesquisa, culturais e de gestão, em proporções iguais às mulheres brancas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A militância e representatividade, para as mulheres negras, estão em ascensão. Porém, não são o suficiente, porque a criança negra, ainda, se vê pouco na televisão; algo como comprar um pente afro demanda paciência, pois não é comum nas perfumarias e cabeleireiros. Há o racismo estrutural, que permeia um país tão miscigenado como o nosso. Embora, a Web e redes sociais tenham se tornado ferramentas na luta do feminismo, existe parte considerável da população sem o acesso à rede e à informação.

Os problemas verificados no artigo, foram: qual a importância da biblioteca como espaço de construção para identificação e fortalecimento da mulher negra? E esta unidade informacional atende às ODS 5 (Igualdade de gênero), 10 (Redução das desigualdades) e 16 (Paz, justiça e instituições eficazes)? Por meio das respostas obtidas, no questionário aplicado, pelas leitoras que frequentam a biblioteca pública Cora Coralina, sim, a biblioteca em questão é uma unidade de informação que serve como espaço para o empoderamento da mulher negra e tem avançado, ainda que paulatinamente, em relação às ODS 5, 10 e 16.

Faz-se necessário lembrar que a análise dos dados evidencia que existem pontos da biblioteca a serem aprimorados, como o acervo de cultura afro: sobre feminismo negro e religião afro, por exemplo. Uma leitora ressalta que poderiam colocar uma estante apenas para o assunto de mulheres negras. As atividades que são da gestão de uma biblioteca devem que ser pensadas além do público infantil e infanto-juvenil, para quem é o foco das atividades na biblioteca.

Outro ponto observado foi o das atividades voltadas a um público específico, sendo 100% com o público de alunos de escola pública próxima ao local. A biblioteca tem se

tornado uma extensão da escola, o que não é algo negativo, pois a criança cresce junto aos livros e cria uma intimidade com o hábito da leitura, a ressalva é que deveriam existir bibliotecas em todas as escolas públicas.

Por meio de ações culturais, debates e a oferta de acervos com temáticas plurais, as bibliotecas podem ser um espaço de desconstrução dos preconceitos (racismo, homofobia, xenofobia, homofobia, transfobia, lesbofobia, entre outros). Essas unidades têm um papel essencial na luta contra os preconceitos, vão além de espaços que oferecem o acesso ao livro, mas permitem que por meio de diversas atividades haja a construção da criticidade, da compreensão que o indivíduo possa ter de seu lugar na sociedade, do exercício de sua cidadania, o respeito pelos coletivos e suas idiossincrasias. O preconceito, na maioria das vezes, nasce da desinformação, ou seja, o infoexcluído rejeita a informação, a verdade.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C.; RIBEIRO, D. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos plurais).

BERTH, J.; RIBEIRO, D. (Coord.). **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

CARDOSO, F.; PINTO, M. S. Apontamentos contemporâneos sobre questão racial e atuação bibliotecária. In: SILVA, F.C. G. da; LIMA, G. dos S.(Org.). **Bibliotecári@s Negr@s**: ação, pesquisa e atuação política. Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018. p. 40-88.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CARNEIRO, S. Estudos Avançados. **Mulheres em movimento**, São Paulo. Sep./Dec, v. 17, n. 49, nov. 2003.

COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Revistas eletrônicas**, São Paulo, v. 5, n. 1, 2017.

COSTA, A.K.S. da. Hipersexualização frente ao empoderamento: a objetificação do corpo feminino evidenciada. In: VII SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, III SEMINÁRIO INTERNACIONAL CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE E III LUSO-BRASILEIRO EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE, GÊNERO, SAÚDE E SUSTENTABILIDADE, 2018, Rio Grande. **Anais [...]** Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2018. p. 01-08.

COSTA, K. A biblioteca pública: entre o ser e o ter. In: PRADO, J. do (Org.). **Ideias emergentes em biblioteconomia**. São Paulo: FEBAB, 2016.

DAMASCENO, M. **Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva o Brasil (1975-1996)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2009.

Disponível em: <https://www.geledes.org.br/se-perdeu-na-traducao-feminismo-negro-interseccionalidade-e-politica-emancipatoria/>. Acesso em: 27 abr. 2019.

FERREIRA, J. [**Ação do Movimento Negro Unificado (MNU), 1983**]. 1 imagem. Disponível em: <https://www.almapreta.com/editorias/o-quilombo/lelia-gonzalez-estudo-e-pesquisa-na-luta-contra-o-racismo>. Acesso em 07 nov. 2019.

FERREIRA, L.C. da S.; CORTES, G.R. Enfrentando a violência contra as mulheres por meio da informação: o olhar dos/as estudantes de biblioteconomia. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jul./dez. 2017.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUEDES, R. de M. O profissional da informação frente à lei de acesso à informação pública: condutas possíveis. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Minas Gerais, v. 28, n. 2, p. 59-72, jul./dez. 2014.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 6 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos**. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencianoticias/2012agenciadenoticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoa-echegaaomaio-nivel-em-7-anos>. Acesso em: 10 nov. 2019.

LINDEMANN, C.; SPUDEIT, D.; CORRÊA, E. C. D. Por uma Biblioteconomia mais social: interfaces e perspectivas. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 21, n. 22, p. 707-723, ago./nov., 2016.

MARCONI, M. de A. e LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENDONÇA, H.; ROSSI, M. As mulheres estudam mais e continuam ganhando menos no Brasil. **El País**, Economia Brasileira, 13 nov.2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/politica/1447423205_196245.html. Acesso em: 02 nov. 2019.

MIGUEL, L.F.; BIROLI, F. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU **Plataforma Agenda 2030**. 2019. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/>. Acesso em: 30 set. 2019.

PINTO, C.R.J. Feminismo, história e poder. **Revista. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

RIBEIRO, D. (Org.). **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

RIBEIRO, M. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga e Beijing. **Revista Estudos Feministas**, [S.l.], v. 2, p. 446-457, 1995.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, C. O que é o feminismo? 2018. **QG Feminista**: feminismo em revista, Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-%C3%A9-o-feminismo-630886ab3abf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura **Histórico da biblioteca Cora Coralina**. 16 abr. 2008. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_a_l/coracoralina/index.php?p=4236. Acesso em: 09 nov. 2019.

SILVA, F.C.G. da (Org.) **Bibliotecárias negras**: pesquisas e experiências de aplicação da Lei 10.639/2003 na formação bibliotecária e nas bibliotecas. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020.

SILVA, F.C.G. da (Org.) **Mulheres negras na Biblioteconomia**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019.

TEIXEIRA, L.D.L. Gênero, cidadania e questão social: o empoderamento feminino a partir dos programas sociais. In: 14^o congresso de história da educação do Ceará – História de mulheres: amor, educação e violência, 2015, Ceará. **Anais** [...] Ceará: Universidade Federal do Ceará, 2015. p. 01-14.

Recebido em: 09 de abril de 2021
Aprovado em: 10 de fevereiro de 2022
Publicado em: 14 de maio de 2022